



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015
RELATÓRIO**

I JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE NITERÓI

Competência: cível

Juíza Federal Titular: Dra. Andrea de Luca Vitagliano

Juíza Federal Substituta: Dra. Fernanda Ribeiro Pinto

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 31 de agosto a 04 de setembro de 2015, a correição ordinária eletrônica do I Juizado Especial Federal de Niterói, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Dar continuidade ao cumprimento das Metas;
2. Regularizar:
 - os documentos que se encontram no balcão de entrada fora do prazo;
 - a juntada de documentos pendentes;
 - os processos com remessa externa com prazo vencido;
 - os processos suspensos;
3. Dar andamento aos processos conclusos com prazo vencido;
4. Retomar o andamento dos processos parados;
5. Atentar para a correta classificação das sentenças;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

6. Buscar o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo quando do registro do movimento de conclusão para sentença, de modo a evitar que as sentenças sejam classificadas como 'vazias';
7. Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS EXTERNOS (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, DEFENSORIA PÚBLICA, ENTRE OUTROS)

Conforme Portaria PR-RJ nº 823, de 06/07/2015, o Procurador da República, Dr. Eduardo André Lopes Pinto, foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu, através do Ofício nº 99 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: até 24/06/2015, houve apenas atuação do juiz titular, tendo em vista que não havia juiz substituto na vara. A partir da referida data, os processos passaram a ser divididos entre os juízes da seguinte forma: os pares para o juiz titular e os ímpares para o juiz substituto.

. Titular: Dra. Andrea de Luca Vitagliano, em exercício há 5 anos.

. Substituta: Dra. Fernanda Ribeiro Pinto, em exercício desde 25/06/2015.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores: 14

Analistas Judiciários: 02

Técnicos Judiciários: 11

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição.

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

	CORREIÇÃO 2013	CORREIÇÃO 2015
Acervo Total	1.923	1.978
Suspensos	27	471



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Tramitação ajustada	1.896	1.507
---------------------	-------	-------

ACERVO TOTAL: CÍVEL + CRIMINAL = 1.978

MATÉRIA CÍVEL:

Total: 1.978
Suspensos: 471
Em tramitação: 1.507

MATÉRIA CRIMINAL:

Total: 00
Suspensos: 00
Em tramitação: 00

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2013 e Mapa Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constante do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao período entre 08/2014 e 07/2015.

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/09/2014 a 31/08/2015):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	6.382	70,45	10
Decisão	261	2,88	10
Sentença	2.416	26,67	19
Total Geral	9.059	100,00	12



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Mapas: Planilha Apolo Excel – Intimados. Posição em 31/08/2015.

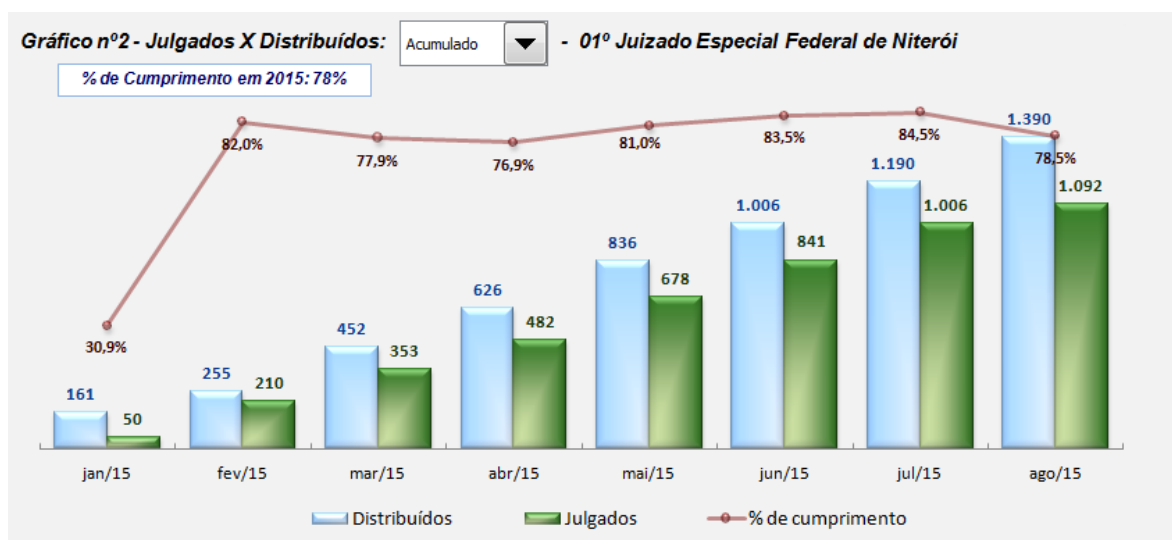
→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos:

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 27/08/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta é de 78%**, como ilustra o gráfico a seguir:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos:

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Consta 01 processo pendente de julgamento, dentre os abaixo relacionados:

→ **Autuado em 2009:** 01 processo

00090180820094025151

→ **Autuados em 2012:** 10

00035419320124025152

00031495620124025152

00031244320124025152

00024644920124025152

00023761120124025152

00017144720124025152

00028568620124025152

00024818520124025152

00017309820124025152

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 27/08/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

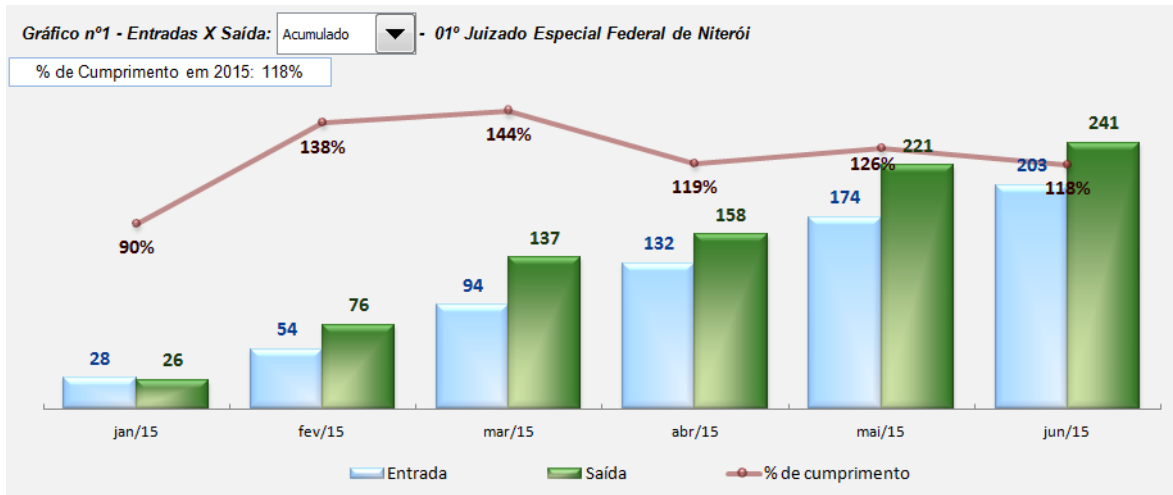
V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 27/08/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta é de 118%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica.

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, em 27/08/2015.

→ AUDIÊNCIAS (DE 01/08/2014 a 31/07/2015)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 69 audiências designadas, sendo a primeira em 05 de agosto de 2014 e a última em 21 de julho de 2015.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS

1. INICIAIS
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, foi encontrado apenas 01 local virtual para as iniciais:

. GABINETE INICIAIS: 46 documentos, sendo o mais antigo de 05/08/2015;

Conforme informação prestada no questionário pré-correição, a análise das iniciais e da prevenção é feita por servidor especializado com formação em direito.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1 e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 03/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. BALCÃO DE ENTRADA

117 documentos, sendo mais antigo o de 18/05/2015.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 03/09/2015, às 17h 20min.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, a análise das iniciais e da prevenção é feita por servidor especializado com formação em direito.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 16
- b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 01
- c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 00

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 00015254020104025152 – trata-se de ação declaratória de inexistência de imposto de renda c/c ação de repetição de indébito, redistribuída em 21/11/2011. Último movimento: juntada de petições em 27/04/2015, 30/05/2015 e 07/05/2015. **Concluso para decisão desde 30/04/2015.**
- 00002648820134025102 – trata-se de ação revisional de financiamento do SFH, redistribuída em 04/12/2013. Último movimento: juntada em 17/08/2015. **Concluso para despacho desde 22/05/2015.**
- 01074285920134025152 – trata-se de ação revisional de adicional de tempo de serviço, distribuída em 19/04/2013. Último movimento: **conclusão para despacho em 03/06/2015.**
- 00031244320124025152 – trata-se de ação revisional de benefício previdenciário, distribuída por dependência em 05/11/2012. Último movimento: **conclusão para despacho em 29/06/2015.**
- 00021697520134025152 – trata-se de ação de conversão de licença prêmio em pecúnia, redistribuída em 29/10/2013. Último movimento: **conclusão para despacho em 14/07/2015.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO: (Arts. 228 da CNCR)

Posição em	26/08/2015
Último Movimento até	26/07/2015

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	47	79,66



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Mais de 60	12	20,34
Total Geral	59	100,00

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

- 00024693720134025152 – trata-se de ação de repetição de indébito c/c indenização por danos morais, distribuída em 02/12/2013. Juntada em 10/03/2015. **Processo parado, desde então.**
- 00012808720144025152 – trata-se de ação de benefício previdenciário, distribuída em 10/07/2014. Certidão informando que decorreu o prazo legal sem que houvesse manifestação das partes, em 09/04/2015. **Processo parado, desde então.**
- 01330223120134025102 – trata-se de ação de benefício previdenciário, redistribuída em 13/11/2013. Juntada de documento de recebimento de petição de embargos de declaração, em 09/04/2015. **Processo parado, desde então.**
- 00004567020104025152 – trata-se de ação de restituição, distribuída em 11/03/2010. Juntada de ofício e de certidão de intimação positiva do oficial de justiça, em 21/05/2015. **Processo parado, desde então.**
- 00078382220074025152 – trata-se de ação de obrigação de fazer, distribuída em 16/10/20017. Juntada de ofício e de certidão de intimação positiva do oficial de justiça, em 21/05/2015. **Processo parado, desde então.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Arts. 180 e 318 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Aguardando juntada, em 26/08/2015, 20 documentos, sendo os mais antigos os de julho/2015, referente aos processos n.º 00161085420154025152, 00228136820154025152 e 00269708420154025152.

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual, há 17 petições pendentes de juntada, sendo estas referentes a processos arquivados, que se encontram na 2ª instância ou na Contadoria Judicial, bem como petições distribuídas em outras Subseções, que serão juntadas à medida que se tornarem disponíveis pelo Setor de protocolo/digitalização.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 26/08/2015, e Relatório de Inspeção Anual, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/03702, de 15/04/2015, realizada no período de 06/04/2015 a 10/04/2015.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS

(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existem os seguintes locais virtuais de controle de prazo, entre outros:

- . PRAZO – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: 125 documentos, sendo o mais antigo de 14/10/2014;
- . PRAZO – FAZENDA NACIONAL: 13 documentos, sendo o mais antigo de 19/09/2014;
- . PRAZO MEDICAMENTOS: 07 documentos, sendo o mais antigo de 21/08/2015;
- . PRAZO PREVIDENCIÁRIO - INSS: 140 documentos, sendo o mais antigo de 13/05/2015.
- . PRAZO RESPONSABILIDADE CIVIL – AUTOR/RÉU: 17 documentos, sendo o mais antigo de 30/07/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 03/09/2015.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Foram verificados os seguintes locais virtuais, entre outros:

- . AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE MANDADO: 22 documentos, sendo o mais antigo de 15/06/2015;
- . AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE OFÍCIO: 12 documentos, sendo o mais antigo de 24/07/2015;
- . EXPEDIR ALVARÁ/RPV: 02 documentos, datados de 03/09/2015;
- . EXPEDIR MANDADO DE CITAÇÃO: 06 documentos, datados de 01/09/2015;
- . EXPEDIR MANDADO DE INTIMAÇÃO: 05 documentos, sendo o mais antigo de 17/08/2015;
- . EXPEDIR OFÍCIO: 02 documentos, sendo o mais antigo de 28/08/2015;
- . EXPEDIR OFÍCIO DIRFO: 23 documentos, sendo o mais antigo de 24/08/2015;
- . RPV PARA ENVIAR – DRA. ANDREA: 01 documento, datado de 03/09/2015.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.
– Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 03/09/2015.

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- a. Total em agosto/2015:
- i. Segredo absoluto: 00
 - ii. Segredo do Sistema: 00
 - iii. Segredo de Peças: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça. Posição em 26/08/2015.

10. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	08/2014 a 07/2015
	Processos	6.695
	Boletins	1.116
	Média (Proc. / Bol.)	6,00
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	6,00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicação, extraído em 26/08/2015.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 286 processos com prazo vencido, sendo os mais antigos os abaixo discriminados:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0002447-52.2008.4.02.5152	PFN	17/08/2009	04/09/2009	2.183
0001952-08.2008.4.02.5152	INSS	28/08/2009	17/09/2009	2.170
0003461-71.2008.4.02.5152	INSS	27/10/2009	12/11/2009	2.114
0002423-87.2009.4.02.5152	INSS	23/11/2009	09/12/2009	2.087
0002420-35.2009.4.02.5152	INSS	23/11/2009	09/12/2009	2.087
0052873-71.2008.4.02.5151	CEF	24/03/2010	08/04/2010	1.967

Obs.: há informação no relatório de inspeção anual sobre os processos que se encontravam com prazo vencido, os quais seriam objeto de cobrança; entretanto, até o momento, ainda há uma quantidade muito elevada de processos ainda não devolvidos.

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 27/08/2015, vencidos e não devolvidos até 27/08/2015 e relatório de inspeção anual.

12.SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS

a) Total de processos suspensos (em 26/08/2015): 488

- . Cíveis: 488
- . Criminais: 00

b) Motivo da suspensão:

- Aguardando decisão de instância superior - 388
- Cumprimento de Precatório/RPV: 02
- Outras Suspensões - Processos de Conhecimento: 01
- Outros – Fase Conhecimento: 15
- Outros – Fase/Processo Execução: 01
- Repercussão geral: 81



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

c) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

- Aguardando decisão de instância superior

01466477920134025152
00006052720144025152
00006295520144025152
01060538620144025152
01066687620144025152
01118478820144025152
01118764120144025152
01119119820144025152
00004256420144025102
00006165620144025152
00006416920144025152
00006503120144025152
00006546820144025152
00006962020144025152
00006988720144025152

Obs.: o motivo correto para a suspensão de todos os processos analisados é “Recurso Repetitivo”.

- Cumprimento de Precatório/RPV:

00020745020104025152 – não há, salvo melhor juízo, decisão determinando a suspensão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00123471520154025152 – não há, salvo melhor juízo, decisão determinando a suspensão. Ademais, o processo encontra-se em fase recursal e não possui informações sobre expedição de RPV/precatório, não havendo motivo para ser suspenso pelo motivo “Cumprimento de Precatório/RPV”.

- Outras Suspensões - Processos de Conhecimento:

00001267320104025152 – processo suspenso, em 19/03/2010, até ulterior decisão do STJ, no REsp 1.110.549-RS. Acórdão transitado em julgado, em 19/08/2010, não havendo, portanto, mais motivos para a suspensão do processo. Ademais, seria mais apropriado que o motivo da suspensão fosse “Recurso Repetitivo”.

- Outros - Fase Conhecimento:

00002103520144025152
00005740720144025152
00005792920144025152
01049573620144025152
01059126720144025152
01314144220134025152
00004242620144025152
01081878920144025151
00008616720144025152
01064305720144025152
01612464220144025102
00036377920104025152
00009626020144025102
01576214420144025152
00574123320154025152



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Obs.: com exceção dos processos 0000861-67.2014.4.02.5152, 0161246-42.2014.4.02.5102, 0003637-79.2010.4.02.5152, 0000962-60.2014.4.02.5102, 0157621-44.2014.4.02.5152 e 0057412-33.2015.4.02.5152, o motivo correto para a suspensão dos processos é “Recurso Repetitivo”.

- Outros – Fase/Processo Execução:

00035018220104025152

- Repercussão geral:

00000605420144025152

00000779020144025152

00004043520144025152

00004052020144025152

00004112720144025152

00004164920144025152

00004701520144025152

00004822920144025152

00004831420144025152

00005005020144025152

Obs.: o motivo correto para a suspensão de todos os processos analisados é “Recurso Repetitivo”.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 26/08/2015 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

13. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total: 2.416

- a. Convertidas em diligência: 569
- b. Embargos de declaração acolhidos: 20
- c. Embargos de declaração acolhidos em parte: 10
- d. Embargos de declaração acolhidos não conhecidos: 01
- e. Embargos de declaração acolhidos rejeitados: 35
- f. Embargos de declaração: 01
- g. Extinção da punibilidade – retratação do agente: 02
- h. Interlocutória: 01
- i. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação homologada: 36
 - ii. Extinção da execução: 01
 - iii. Pedido improcedente: 449
 - iv. Improcedente – dispensada citação: 212
 - v. Pedido procedente: 314
 - vi. Procedente em parte: 278
 - vii. Reconhecida prescrição/decadência: 20
 - viii. Procedente com tutela deferida: 02
- j. Sem resolução de mérito: 447
 - i. Indeferimento de petição inicial: 11
- k. Terminativa – julgando extinto o processo: 01
- l. **Vazias: 06**

14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA
(Res. 535/2006 do CJF)

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011). Foram inspecionados os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

0001195-04.2014.4.02.5152

0001186-42.2014.4.02.5152 – sem classificação no corpo da sentença

0001272-47.2013.4.02.5152

0001291-19.2014.4.02.5152

0001303-33.2014.4.02.5152

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

0136538-69.2014.4.02.5152

0138851-03.2014.4.02.5152

0140548-59.2014.4.02.5152

0143470-73.2014.4.02.5152

0153968-34.2014.4.02.5152

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

0000845-16.2014.4.02.5152

0000858-15.2014.4.02.5152

0000886-46.2015.4.02.5152

0001273-85.2013.4.02.5102

0001064-29.2014.4.02.5152

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

0500072-74.2015.4.02.5152

0500073-59.2015.4.02.5152

0163464-87.2014.4.02.5152

0160325-30.2014.4.02.5152

0160373-86.2014.4.02.5152



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Obs.: Não cabe classificação do tipo A nas sentenças dos processos nº 0001195-04.2014.4.02.5152 (medicamento) e 0001186-42.2014.4.02.5152 (gratificação de desempenho), tendo em vista as matérias envolverem tese repetitiva.

Em relação ao processo nº 0001186-42.2014.4.02.5152, verifica-se, inclusive, sentença quase que idêntica à do processo nº 0001064-29.2014.4.02.5152 (gratificação de desempenho), cuja sentença foi classificada como tipo B2.

As sentenças referentes aos processos mencionados estão anexadas ao final deste relatório.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

15.CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)

(Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição, os feitos com prioridade legal são analisados imediatamente e encaminhados ao setor competente, assim como os processos incluídos nas metas do CNJ, que são apreciados pelos servidores e impulsionados com a prioridade necessária.

16.LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

De acordo com o questionário pré-correição, os processos são distribuídos em locais virtuais de acordo com o assunto, e os prazos para prolação da sentença são controlados obedecendo-se sempre a ordem de análise dos processos mais antigos até os mais novos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário de pré-correição.

17. EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	226	226

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 01/09/2015.

18. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO
(de 01/08/2014 a 31/07/2015).
(Art. 217, II, da CNCR)

- Total de requisições: 1.163
- Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 226 dias.

- RPV's Juizado Especial: 1.138

- . Cadastrados: 01
- . Enviados: 1.129

- Precatórios (Parcela única): 25

- . Cadastrados: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. Enviados: 22

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 26/08/2015

**→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Não há dados a relatar.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 02/09/2015.

**→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)**

Total de acautelamentos/apreensões: 07, sendo 03 processos baixados.

Não há bens com valor econômico e/ou passíveis de perdimento ou expropriação.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado. Posição até 27/08/2015.

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(ART. 147 a 151 CNCR)**

De acordo com o questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Livro de carga para advogado, livro ponto dos servidores, livro de remessa aos setores administrativos de apoio, livro de entrega de autos às partes sem traslado, livro de carga ao Ministério Público, livro de reclamações e pasta de atos do plantão. Todos em boas condições de manuseio e regularmente fiscalizados pelo Diretor de Secretaria.”

Fonte: Questionário pré-correição.

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o questionário pré-correição:

“Prédio sem condições de infraestrutura adequadas, sem espaço físico suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos realizados pelos servidores.”

Fonte: Questionário pré-correição.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

*“Três meses: Baixar 500 processos e sentenciar 480 processos
Seis meses: Baixar 1000 processos e sentenciar 960 processos
Um ano: Baixar 1500 processos e sentenciar 1900 processos”*

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Ini Martha da Silva, Mat. n.º 11.953